



ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO ESTADUAL P2R2



13ª Reunião do GT Aquaviário

Data:	15 de outubro de 2021			
Horário	Previsto	09h30min	Início	09h30min
Pauta:	<ul style="list-style-type: none">▪ Continuação do desenvolvimento do protocolo de atendimento a emergências;▪ Acesso a faixa portuária pelos órgãos em caso de emergência.▪ Andamento da atuação do IAT/BPAmb. em caso de emergências (capacitação BPAmb).▪ Simulado APPA (PEI/PLANO DE ÁREA).▪ Informações para elaboração do Plano de Contingência da faixa portuária.▪ Metas 2022.			
Participantes:	Maj. Nascimento, CEDEC; 1º Sgt. Hammes, CEDEC; José Carlos Salgado, IAT; José Joaquim Crachineski, IBAMA; Adinam Assunção, IBAMA; Andréa Almeida Lopes de Deus, APPA; Giacomo Gustavo Wosniacki, APPA/Cia Ambiental; Paulo Emmanuel, COMPDEC Paranaguá; Marcos Freire Bispo, COMPDEC Paranaguá; Andressa Bárbara Ivanfy, COMPDEC Antonina; Ayrton Pontes, CREA/PR.			

ASSUNTOS ABORDADOS

Representante	Assunto
Sgt Hammes CEDEC	Reunião realizada por meio do aplicativo Celepar conferência, iniciou cumprimentando os participantes solicitando envio de nome completo e instituição no chat da reunião. Agradeceu a participação dos representantes em especial dos integrantes das Coordenadorias Municipais de Proteção e Defesa Cívica de Paranaguá e Antonina. Apresentou a pauta de assuntos para a reunião. Destacou a importância do envolvimento de todos os órgãos voltada a ações que impactam de forma efetiva a redução de riscos de acidentes, exemplificando gestões anteriores que contribuíram com a construção de novas áreas de escape na serra do mar.
Joaquim	Informou que o IBAMA em Brasília elaborou Termo de Referência, já aprovado, que define a padronização dos Planos de Área para todos os Portos do Brasil. Explicou que em relação ao estudo de modelagem matemática está sendo realizado Termo de Referência para padronização, que ainda necessita de aprovação.
Paulo	Destacou que as instituições na região litorânea têm se aproximado. Posicionou ainda que o aspecto de acesso à área portuária em situações de emergência deve ter especial atenção.
Sgt Hammes	Perguntou para representante da APPA em relação a terceira meta referente ao simulado.
	Aproveitou para informar que a APPA tem profissional dedicado ao gerenciamento de riscos em emergência (Sr. Giacomo) e mais 7 técnicos de meio ambiente para atuação na faixa portuária. Referente ao simulado informou que pretendem realizar até final

Andrea	<p>do ano o simulado do Plano de Emergência Individual – (PEI) da APPA, a depender das liberações de atividades que forma suspensas devido à pandemia de Covid-19.</p> <p>Informou que tem um grupo técnico que atua no gerenciamento de riscos da APPA, apresentou o procedimento (PO-APPA-DMA-UASP-DOP-024) http://www.portosdoparana.pr.gov.br/sites/portos/arquivos_restritos/files/documento/2021-08/po-appa-dma-gsst-uasp-dop-024_regras_gerais_de_seguranca_transito_e_politica_de_consequencias_para_usuarios_e_veiculos_2.pdf - que trata das regras de gerais de segurança e trânsito para acesso de veículos no qual estão as regras para acesso dos veículos de emergência na área alfandegada pública, informou que foram elaborados adesivos padronizados referente ao acesso prioritário em caso de emergência, facilitando assim a autorização pela Guarda Portuária.</p>
Salgado	Questionou como será realizada a distribuição dos adesivos/tag`s.
Andrea	Informou que a APPA iniciará os contatos com os órgãos no mês de novembro de 2021, e aqueles que não receberem podem fazer contato com a Sra. Andrea.
Sgt. Hammes	Informou que foi Oficiado a Capitania dos Portos de Paranaguá solicitando indicação de representante da Marinha para participar da CE-P2R2 - GT Aquaviário, por meio do Ofício 528/2021 – CEDEC, em cumprimento a deliberação da última reunião. Perguntou em relação ao andamento do treinamento do IAT ao Batalhão Ambiental.
Salgado	Posicionou que em decorrência da pandemia não foi possível a continuidade dos treinamentos em 2021, que estão sendo programado a continuidade para o ano de 2022.
Sgt. Hammes	Questionou a APPA se houve avanço em relação ao estudo da faixa de frequência de rádio na faixa portuária.
Andrea	Informou que não houve avanço, e que as ações referentes ao Plano de Área e do PAM serão retomadas em 2022, momento em que deverá ser retomada a tratativa das faixas de frequências. Destacou que foi elaborado um fluxo de acionamentos interno a APPA em caso de atendimentos de emergência em cumprimento a deliberação anterior, para vir a compor o Plano de Contingência da área Portuária.
Joaquim	Perguntou se poderia ser melhor explicado a diferença entre público e privado afeto aos Plano de Emergência Individual.
Giacomo	Informou que a responsabilidade individual da empresa pública refere-se a incidentes envolvendo recursos (humanos/materiais) próprios da APPA ou de suas contratadas, sobretudo de empreiteiras de obras (inclusive dragagens); que, por outro lado, há estabelecida dentro dos regulamentos a APPA possibilite de atendimento solidário a outra empresa sinistrada, assumindo o atendimento de derrame de óleo para posterior averiguação de responsabilidade, e que referente as empresas privadas (terminais arrendados, operadoras e outras), cada uma tem a responsabilidade de atendimento em suas áreas e que no caso de sua capacidade de resposta ser superada aciona-se o Plano de Área (que possui 13 empresas signatárias), como no exemplo de manchas órfãs, caso em que as custas são rateadas pelas signatárias.

Giacomo	Expôs quanto a satisfação em receber a informação quanto a aprovação do Termo de Referência e que o mesmo irá contribuir bastante com as tratativas que estão em planejamento pela APPA.
Joaquim	Questionou em relação a responsabilidade objetiva em relação ao Plano de Individuais, tendo em vista poder ocorrer eventual “confusão” em relação as responsabilidades.
Andrea	Posicionou que a discussão é pertinente, em se tratando principalmente dos navios atracados no cais público que são realizadas cargas e descargas por terminais e operadores portuários privados, visto que a Resolução CONAMA 398/2008 define que mesmo terminais que não operem com hidrocarbonetos devem ter os planos de emergência individual considerando cenários de poluição por navios. E em especial , a discussão é afeta aos órgãos ambientais, para que se tenham um melhor entendimento em relação as responsabilidades, destacando porém que nesses casos de indefinição de responsabilidade a autoridade portuária poderá prestar o atendimento.
Maj. Nascimento	Perguntou se o fluxo definido pela APPA é o mesmo para a faixa de Paranaguá e de Antonina.
Andrea	Respondeu que sim, o fluxo é o mesmo, e que a APPA está em processo de melhoria da divulgação do fluxo.
Sgt. Hammes	Destacou que os simulados devem aprimorar o fluxo de acionamento proposto. Solicitou que a APPA compartilhe com antecedência aos demais participantes do GT Aquaviário a data da realização do simulado.
Sgt. Hammes	Informou que representante da ANTAQ, devido a compromisso concorrente, não pode comparecer.
Sgt. Hammes	Confirmou com Sr. Salgado o fluxo de acionamento interno ao IAT, para atendimento, confirmando ser o mesmo existente no modal rodoviário. Questionou Sr. Salgado referente a viabilidade de representante das COMPDEC’s possam participar junto com integrantes do BPamb.
Salgado	Informou que será tratado internamente ao IAT, para disponibilizar participação nos treinamentos a serem retomados em 2022.
Sgt. Hammes	Destacou a relevância de aproximar as Defesas Civas Municipais em relação a gestão de riscos de desastres envolvendo a área portuária, em especial às COMPDEC’s de Paranaguá e Antonina.
Sgt. Hammes	Reforçou a importância dos órgãos compartilharem informações para continuidade da elaboração do Plano de Contingência do modal Aquaviário – faixa portuária.
Sgt. Hammes	Apresentou a estrutura inicial do Plano de Contingência.
Maj. Nascimento	Propôs o envio da estrutura do PLANCON ao IBAMA, IAT , APPA e ANTAQ, para no prazo de até 30 dias (14 novembro) realizarem a devolutiva com as observações/sugestões/alterações propostas a serem incorporadas, sendo de acordo dos demais participantes. Informou ainda que estão ocorrendo no Estado Fiscalizações de Produtos perigosos nos modais, pelas Regionais de Proteção e Defesa

	Civil, e que no Município de Paranaguá foi realizada fiscalização na empresa Transpetro.
Sgt. Hammes	Passou a informar quanto as deliberações da última reunião: a CEDEC oficiou a Capitania dos Portos (Ofício nº 528/CEDEC/2021), em nome da CE-P2R2, solicitando indicação de participante na CE-P2R2 (GT Aquaviário).
Sgt. Hammes	Informou gestão realizada pela 8ª Seção do Estado Maior junto à Câmara Técnica do Corpo de Bombeiros (e-Protocolo 18.001.778-0), com a finalidade de apoio técnico na elaboração do Plano de Contingência, em especial dos tópicos envolvendo o primeiro respondedor (fluxograma de atendimento e kit de equipamentos).
Sgt Hammes	Retomou as metas para o ano de 2022, debatendo com demais participantes, sendo de comum acordo: 1. Acompanhar a aprovação do Plano de Área do Porto; 2. Realizar versão inicial do Plano de Contingência para área Portuária; 3. Acompanhar realização do simulado da APPA ou realizar Simulado de Mesa; 4. Acompanhamento da operacionalização da atuação do BPM Ambiental no Termo de Cooperação com IAT; 5. Noções de SCI – Sistema de Comando de Incidentes, com nivelamento de informações básicas.
Hammes CEDEC	Finalizou a reunião as 11h10min.

DELIBERAÇÕES

<ol style="list-style-type: none"> 1. IBAMA – Sr. Joaquim, enviará o Termo de Referência aprovado para a CEDEC, a ser utilizado pelos membros da CE-P2R2. 2. IBAMA, IAT, APPA e ANTAQ – diante do envio da estrutura inicial do PLANCON, no prazo de até 30 dias (14 novembro) realizarem a devolutiva com as observações/sugestões/alterações propostas a serem incorporadas. 3. APPA - Andréa, verificar quanto ao estudo para analisar faixa de frequência (uso de rádio ou celular) em situações de emergência portuária. 4. APPA - Andréa, irá informar a data em que será realizado simulado; 5. ANTAQ, na pessoa do Sr. Fábio Giannini, encaminhará a CEDEC a fim de compor o Plano de Contingência do modal referências legais, e peculiaridades do transporte de PP no modal. 6. IAT , na pessoa do Sr. Salgado, informará a CEDEC quanto ao treinamento a ser realizado para o efetivo do Batalhão da Polícia Ambiental do Litoral. 7. CEDEC, na pessoa do Sgt. Hammes irá acolher as informações dos órgãos desse GT, para a elaborar versão inicial do Plano de Contingência Modal Aquaviário/Faixa Portuária. 8. CEDEC, na pessoa do Sgt. Hammes irá realizar na próxima reunião a versão inicial do Plano de Contingência, com reunião das informações recebidas conforme definido. 9. APPA, na pessoa da Sra. Andréa, irá enviar o fluxograma de atendimento a emergências da APPA, bem como enviar a caracterização dos cenários presentes no Plano de Área. 10. TODOS pactuaram como metas para o ano de 2022: 1. Acompanhar a aprovação do Plano de Área do Porto; 2. Realizar versão inicial do Plano de Contingência para área Portuária; 3. Acompanhar realização do simulado da APPA ou realizar Simulado de Mesa; 4. Acompanhamento da operacionalização da atuação do BPM Ambiental no Termo de Cooperação com IAT; 5. Noções de SCI – Sistema de Comando de Incidentes.
--

PAUTA DA PRÓXIMA REUNIÃO

- Continuação do desenvolvimento do protocolo de atendimento a emergências;
- Acesso a faixa portuária pelos órgãos em caso de emergência;
- Andamento da atuação do IAT/PMPR em caso de emergências (capacitação BPamb);
- Simulado APPA;

DATA E LOCAL DA PRÓXIMA REUNIÃO

Data: A definir

Horário: A definir

Local: aplicativo de videoconferência da CELEPAR

Endereço: conferencia.pr.gov.br/CEP2R2

Major Murilo Cezar Nascimento, CEDEC.	1º Sgt. Rogério Marcos de Souza Hammes, CEDEC.
Ayrton Pontes, CREA/PR.	José Joaquim Crachineski, IBAMA.
José Carlos Salgado, IAT.	Adinan Soares de Assunção, IBAMA.
Andréa Almeida Lopes de Deus, APPA.	Giacomo Gustavo Wosniacki, APPA/Cia. Ambiental.
Paulo Emmanuel Nascimento Júnior, COMPDEC Paranaguá.	Marcos Freire Bispo, COMPDEC Paranaguá.
Andressa Bárbara Ivanfy, COMPDEC Antonina.	